

CAPÍTULO 30

DOI: <https://doi.org/10.58871/CONSAMU24.C30>

CUIDADOS DE ENFERMAGEM E SAÚDE DA MULHER NO SISTEMA PRISIONAL: UMA REVISÃO INTEGRATIVA

NURSING CARE AND WOMEN'S HEALTH IN THE PRISON SYSTEM: AN INTEGRATIVE REVIEW

EDLANE LOPES ALVES

Bacharel em Enfermagem pelo Centro Universitário Ritter dos Reis/Ânima Educação

EVELINE FRANCO DA SILVA

Enfermeira obstetra; Mestre em Enfermagem e Doutora em Ciências da Saúde: Ginecologia e Obstetrícia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul; Docente do Centro Universitário Ritter dos Reis/Ânima Educação

CAROLINE DAMAZIO DA SILVA

Psicóloga; Mestre em Saúde Coletiva pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul; Docente do Centro Universitário Ritter dos Reis/Ânima Educação

RESUMO

Objetivo: analisar as produções científicas nacionais de enfermagem sobre a saúde da mulher no sistema prisional. **Metodologia:** Revisão integrativa da literatura que ocorreu no mês de outubro de 2023 por meio das bases de dados LILACS, BDNF, MEDLINE e SciELO. Para as estratégias de buscas foram utilizados os descritores: saúde da mulher; prisões; saúde materna. Foram identificadas 1.338 publicações nas bases de dados, após aplicabilidade de critérios de inclusão e exclusão, bem como leitura minuciosa, a amostra final constituiu-se em 30 artigos. **Resultados e Discussão:** Da análise dos estudos agruparam-se três eixos relacionados aos cuidados de enfermagem à saúde da mulher no sistema prisional: Ginecologia e saúde sexual; Saúde materna e reprodutiva; e Doenças crônicas, saúde mental e COVID-19. **Considerações Finais:** O estudo revelou que as mulheres privadas de liberdade necessitam de cuidados específicos, independentemente do tipo de situação que permeiam, e a equipe de enfermagem é parte integrante de todo esse processo. O enfermeiro tem um papel fundamental na assistência às mulheres em situação privada de liberdade, oferecendo cuidados específicos, como acolhimento, escuta ativa, promoção e proteção à saúde, apoio às gestantes e aleitamento materno, transtornos psiquiátricos e avaliação e assistência dentro do ambiente prisional.

Palavras-chave: saúde da mulher; prisões; saúde materna.

ABSTRACT

Objective: to analyze national scientific nursing productions on women's health in the prison system. **Methodology:** Integrative review of the literature that took place in October 2023 through the LILACS, BDNF, MEDLINE and SciELO databases. For search strategies, the following descriptors were used: women's health; prisons; maternal health. 1,338 publications were identified in the databases, after applying inclusion and exclusion criteria, as well as



thorough reading, the final sample consisted of 30 articles. **Results and Discussion:** From the analysis of the studies, three axes related to nursing care for women's health in the prison system were grouped: Gynecology and sexual health; Maternal and reproductive health; and Chronic illnesses, mental health and COVID-19. **Final Considerations:** The study revealed that women deprived of liberty require specific care, regardless of the type of situation they are in, and the nursing team is an integral part of this entire process. Nurses have a fundamental role in assisting women deprived of liberty, offering specific care, such as reception, active listening, health promotion and protection, support for pregnant women and breastfeeding, psychiatric disorders and assessment and assistance within the prison environment.

Keywords: women's health; prisons; maternal health.

1 INTRODUÇÃO

A Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade (PNAISP) foi criada em 2014 com o objetivo de ampliar as ações em saúde do Sistema Único de Saúde (SUS) para a população privada de liberdade (Brasil, 2014). No entanto, estas pessoas enfrentam, diariamente, dificuldades relacionadas ao regime deficitário onde estão inseridas, a exemplo de problemas de acesso a serviços básicos, como o acesso à saúde de forma integral (Brasil, 2023).

O Brasil apresenta a terceira maior população de pessoas em regime carcerário, chegando a aproximadamente 758.676 detentos (Silva *et al.*, 2023a). A população feminina do sistema penitenciário brasileiro coloca o país na quarta posição no ranking mundial, atrás somente dos Estados Unidos da América (EUA), China e Rússia. Aproximadamente 42 mil mulheres encontram-se em situação privada de liberdade, o que corresponde a 5,4% da população prisional de todo o país, incluindo gestantes e parturientes (Brasil, 2023; Silva *et al.*, 2023a).

Com a crescente população no sistema penitenciário brasileiro, especialmente a população feminina, as demandas em saúde também aumentam. Em 2018 foi sancionada a lei que prevê a substituição da prisão preventiva por prisão domiciliar da mulher gestante ou que for mãe ou responsável por crianças ou pessoas com deficiência (Brasil, 2018).

No entanto, em prática a realidade brasileira apresenta muitas limitações. Necessidades em saúde que envolvem gestação, parto, nascimento, bem como a atenção durante climatério e menopausa, precisam ser contempladas dentro do sistema penitenciário nacional. Neste contexto, a enfermagem desempenha um papel essencial, pois é de responsabilidade desses profissionais a assistência prestada a mulheres privadas de liberdade, garantindo que o cuidado seja ofertado de forma adequada, eficiente e humanizada (Sales *et al.*, 2021; Jaffe; Palmquist;

Knittel, 2022).

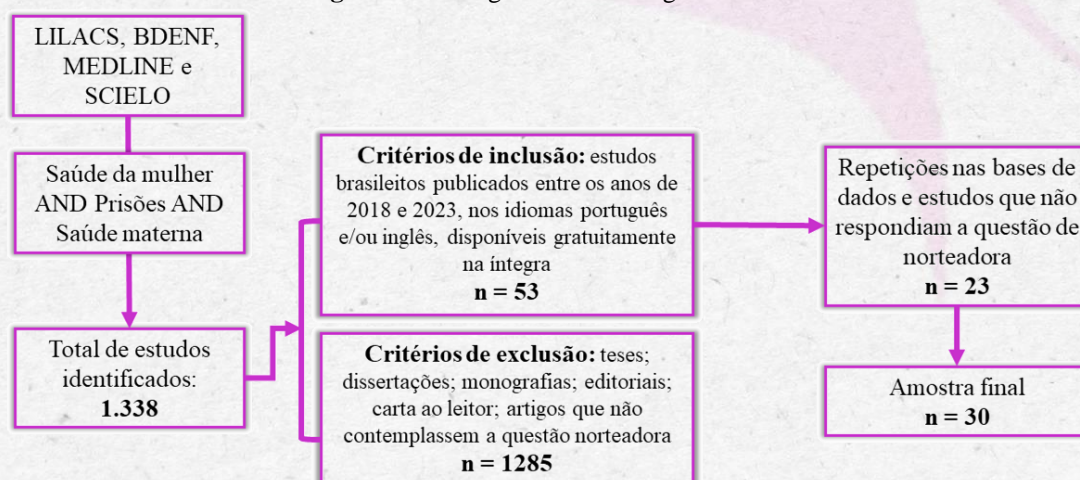
Acredita-se que aprofundar conhecimentos sobre as necessidades de saúde no sistema penitenciário pode contribuir para lançar estratégias de melhorias de atenção à saúde, especialmente de mulheres. Desta forma, o objetivo deste estudo foi analisar as produções científicas nacionais sobre o cuidado de enfermagem à mulher no sistema prisional.

2 METODOLOGIA

Trata-se de uma revisão integrativa. Este tipo de estudo permite sintetizar conhecimentos combinando evidências científicas. Esta revisão percorreu as etapas de elaboração: formulação da questão norteadora; busca na literatura; coleta de dados; análise crítica dos estudos incluídos; discussão dos resultados; e apresentação da revisão integrativa (Souza; Silva; Carvalho, 2010).

A coleta de dados ocorreu no mês de outubro de 2023, por meio das bases de dados: Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS); Bases de Dados de Enfermagem (BDENF); Sistema Online de Busca e Análise de Literatura Médica (MEDLINE); e *Scientific Electronic Library Online* (SciELO). A questão norteadora que guiou a coleta foi: “O que a produção científica nacional apresenta sobre o cuidado de enfermagem à mulher no sistema prisional?”. Para a estratégia de buscas (Figura 1) foram utilizados termos de acordo com os Descritores de Ciências da Saúde (DeCS): “saúde da mulher” AND “prisões” AND “saúde materna”.

Figura 1 - Fluxograma de estratégia de buscas



Fonte: Elaborado pelas autoras (2023)

Os critérios de inclusão estabelecidos foram: estudos brasileiros publicados entre os anos de 2018 e 2023, nos idiomas português e/ou inglês, disponíveis gratuitamente na íntegra. Foram critérios de exclusão: teses; dissertações; monografias; editoriais; carta ao leitor; artigos que não contemplassem a questão norteadora; e as repetições.

Para sintetização, organização e posterior análise dos dados foi elaborado um quadro com informações relevantes sobre os estudos, a saber: título, ano, objetivos, delineamento metodológico, e síntese dos cuidados de enfermagem.

Inicialmente identificaram-se 1.338 publicações na base de dados, dos quais 53 artigos foram elegíveis. Após leitura minuciosa dos estudos, 30 artigos compuseram a amostra desta revisão.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Na caracterização dos estudos que compuseram a amostra (Quadro 1), verificou-se que, em relação à abordagem metodológica a maioria (17) dos estudos apresentou abordagem qualitativa, 11 estudos eram de cunho quantitativo e dois estudos apresentaram método misto. Quanto ao ano de publicação foram identificados 16 estudos publicados entre 2018 e 2020, cinco artigos em 2021 e nove publicações entre os anos de 2022 e 2023.

Quadro 1 - Estudos que compuseram a amostra, apresentados de acordo com título e ano (Continua)

TÍTULO E ANO
O valor vital do aleitamento materno para mulheres custodiadas, 2022 (Santos <i>et al.</i> , 2022)
Aleitamento materno no sistema penitenciário, 2022 (Medeiros <i>et al.</i> , 2022)
Significando o amamentar na prisão, 2022 (Mariano <i>et al.</i> , 2022)
O gestar em prisões por traficantes de drogas, 2023 (Silva <i>et al.</i> , 2023)
Vulnerabilidade de mulheres às infecções sexualmente transmissíveis e câncer de colo uterino em uma unidade prisional, 2023 (Oliveira; Pacheco; Senna, 2023)
Avaliação do conhecimento de reeducandas da Cadeia Pública de Mato Grosso sobre o câncer de mama e câncer de colo do útero, 2018 (Graça <i>et al.</i> , 2018)
Alta prevalência de sífilis em unidade prisional feminina do nordeste brasileiro, 2020 (Batista <i>et al.</i> , 2020)
Hipertensão em mulheres presas no Brasil: muito além do biológico, 2023 (Silva <i>et al.</i> , 2023)
Risco para doenças cardiovasculares em mulheres detentas, 2019 (Galvão <i>et al.</i> , 2019)
Covid-19 nas prisões: efeitos da pandemia sobre a saúde mental de mulheres privadas de liberdade, 2020 (Santos <i>et al.</i> , 2020)
Regime da escassez: a alimentação no sistema penitenciário feminino, 2020 (Sousalara <i>et al.</i> , 2020)
Mulheres, prisões e liberdade: experiências de egressas do sistema prisional no Rio Grande do Sul, Brasil, 2022 (Dalenogare <i>et al.</i> , 2022a)

Quadro 1 - Estudos que compuseram a amostra, apresentados de acordo com título e ano (Conclusão)

TÍTULO E ANO
Panorama das condições de saúde de um presídio feminino do nordeste brasileiro, 2021 (Medeiros <i>et al.</i> , 2021)
Dificuldades das mulheres privadas de liberdade no acesso aos serviços de saúde, 2018 (Graça <i>et al.</i> , 2018)
Filhos do cárcere: representações sociais de mulheres sobre parir na prisão, 2019 (Matos; Silva; Nascimento, 2019)
Mães presas, filhos desamparados: maternidade e relações interpessoais na prisão, 2018 (Flores; Smeha, 2018)
Parto e gravidez na prisão: pertencimento social e vulnerabilidades, 2022 (Dalenogare <i>et al.</i> , 2022b)
A telemedicina como estratégia para o cuidado em saúde das pessoas privadas de liberdade: relato de experiência, 2021 (Costa; Arze; Campos, 2021)
A saúde da mulher na colônia penal feminina de Abreu e Lima, 2019 (Miranda; Brito; Freitas, 2019)
Comportamentos de saúde nas experiências sexuais de mulheres em situação de cárcere, 2019 (Oliveira <i>et al.</i> , 2019)
Limites e desafios para o acesso das mulheres privadas de liberdade e egressas do sistema prisional nas Redes de Atenção à Saúde, 2020 (Schultz <i>et al.</i> , 2020)

Fonte: Elaborado pelas autoras (2023).

Após sucessivas leituras dos estudos selecionados e, diante da síntese da literatura prevista na revisão integrativa, realizou-se agrupamento do material, por meio da construção de três eixos condutores: Ginecologia e saúde sexual; saúde materna e reprodutiva; doenças crônicas, saúde mental e COVID-19.

3.1 Ginecologia e saúde sexual

A partir dos estudos identificou-se que as mulheres brasileiras privadas de liberdade frequentemente são jovens, mães, com baixa escolaridade, renda de até dois salários-mínimos e são responsáveis integralmente pelo sustento de suas famílias, muitas vezes possuindo associação com o tráfico de drogas (Graça *et al.*, 2018a, Graça *et al.*, 2018b; Matos, 2019). Assuntos sobre menopausa (Medeiros *et al.*, 2021), prevenção e cuidados relacionados a infecções sexualmente transmissíveis (IST) (Graça *et al.*, 2018a, Graça *et al.*, 2018b; Schultz *et al.*, 2020), bem como cânceres ginecológicos (Batista *et al.*, 2020; Medeiros *et al.*, 2021; Graça *et al.*, 2018b), são abordados nas pesquisas.

Os principais fatores predisponentes para a prevenção do câncer de mama são idade, escolaridade, nível de renda e tratamento da menopausa (Medeiros *et al.*, 2021). Observou-se que as mulheres em prisões estaduais muitas vezes não têm acesso ou têm acesso limitado a cuidados de saúde, resultando em diagnóstico oncológico tardio e dificuldade de acesso a certos tipos de tratamentos (Batista *et al.*, 2020). Entre as ações específicas de enfermagem na área da

saúde da mulher, ocorre uma baixa cobertura de exames ginecológicos preventivos e a falta de mamografias a mulheres privadas de liberdade (Graça *et al.*, 2018b).

Em relação à IST verificou-se que as mulheres em situação privada de liberdade sabem da necessidade de medidas preventivas, uma vez que são receosas à contaminação por HIV e outros (Graça *et al.*, 2018b). No entanto, o quantitativo de profissionais de enfermagem para trabalhar educação em saúde e aspectos preventivos, não é suficiente (Matos; Silva; Nascimento, 2019; Schultz, 2020). Constatou-se que a assistência prestada pelos profissionais da Atenção Primária à Saúde (APS) em relação às ISTs foi através de testes-rápidos de detecção de HIV e sífilis nas unidades básicas de saúde (UBS) da rede pública municipal (Graça *et al.*, 2018a).

A prevalência da sífilis adquirida tem sido elevada entre a população carcerária feminina, particularmente entre gestantes, fato que reforça a necessidade de tomar medidas urgentes para reduzir a incidência da doença e a transmissão (Graça *et al.*, 2018a; Silva *et al.*, 2023a). Os cuidados para prevenir a transmissão de ISTs incluem acesso a serviços de saúde, diagnóstico e tratamento para as mulheres em situação privada de liberdade, quando necessário (Graça *et al.*, 2018a; Schultz *et al.*, 2020).

Ainda sobre a saúde sexual das mulheres no sistema prisional, estudos ressaltam que o comportamento homoafetivo adotado em situação prisional é muitas vezes motivado pela necessidade de satisfação sexual e emocional, para diminuir o estado de solidão vivenciado no processo de encarceramento e abandono por parceiros e familiares (Graça *et al.*, 2018a; Graça *et al.*, 2018b). Contudo, destaca-se que questões de saúde de mulheres lésbicas são invisibilizadas, o que significa que as necessidades específicas não são atendidas. Nesse cenário observa-se o compartilhamento de objetos eróticos e outras práticas sexuais sem medidas de proteção, facilitando a transmissão de doenças (Graça *et al.*, 2018a).

3.2 Saúde materna e reprodutiva

As mulheres em situação privada de liberdade também têm o direito a acompanhamento pré-natal completo, com exames, vacinas, aconselhamento e consultas pré e pós-parto. Idealmente, seis consultas pré-natais e duas pós-parto devem ser feitas ao longo da gestação. Preferencialmente, uma consulta no primeiro trimestre, duas no segundo e três no terceiro (Fochi *et al.*, 2020, 2023). Contudo, na análise dos estudos constatou-se a falta de apoio, de humanização e de diálogo com as famílias dessas mulheres (Mariano; Silva, 2018; Ferreira *et al.*, 2021; Fochi *et al.*, 2020; Santos *et al.*, 2018; Flores; Smeha, 2018). Alguns estudos

informam que a legislação garante direito de acompanhante no parto e pós-parto, porém, o sistema prisional restringe contato familiar e violência é comum, privando-as de pele a pele (Medeiros *et al.*, 2020; Flores; Smeha, 2018).

Gestações de mulheres privadas de liberdade são consideradas de alto risco devido à vulnerabilidade da realidade em que vivem (Fochi *et al.*, 2020). O sistema de segurança e falta de escoltas dificultam a ida das mulheres do sistema prisional ao serviço de saúde. Mulheres que dão à luz devem ser enviadas à unidade materno-infantil por seis meses garantindo o aleitamento materno exclusivo (Fochi *et al.*, 2020). Portanto, instituições penitenciárias que acolhem gestantes necessitam de cuidado especializado para o acolhimento de bebês e puérperas também (Ferreira *et al.*, 2021; Costa; Arze; Campos, 2021).

A partir da análise dos estudos compreende-se a necessidade da criação de um ambiente adequado ao aleitamento materno para promover a saúde, conforto e privacidade da mãe e do bebê (Santos *et al.*, 2018). No entanto, não há espaço suficiente nas celas para banhos de imersão, e recém-nascidos são higienizados nos chuveiros das unidades (Moraes *et al.*, 2023). A separação mãe-filho é uma violação grave dos direitos humanos e causa sofrimento emocional entre as presas e os recém-nascidos (Souza; Silva; Carvalho, 2010; Medeiros *et al.*, 2020; Mariano; Silva, 2018; Silva; Cruz; Leite, 2023.). Compreende-se que enfermeiros que atuam no sistema prisional podem ajudar a promover o relacionamento saudável entre mãe e bebê, fornecendo orientações sobre amamentação (Medeiros *et al.*, 2020; Benedet; Medeiros, 2021; Santos; Bispo, 2018).

O sistema prisional deve permitir o estabelecimento de laços entre mãe e bebê, mesmo que seja de maneira gradual, para evitar danos emocionais (Silva *et al.*, 2023b). A enfermagem auxilia as gestantes a lidarem com a separação mãe-bebê. A presença do recém-nascido ao lado da mãe é importante para ambos, pois alivia o fardo da experiência prisional (Silva; Cruz; Leite, 2023). Mesmo em um ambiente precário é possível estabelecer laços materno-infantis (Flores; Smeha, 2018).

3.3 Doenças crônicas, saúde mental e COVID-19

A hipertensão arterial é um fator de risco grave na população carcerária brasileira, requerendo intervenção do enfermeiro através de avaliação física e exames laboratoriais (Galvão *et al.*, 2019). Maus hábitos, excesso de peso e vícios geram doenças e estresse em presídios superlotados, demandando ações de saúde (Galvão *et al.*, 2019; Santos *et al.*, 2020).

A alimentação nas prisões e a experiência das mulheres presas são pouco discutidas,

mas as visitas e alimentos trazidos pela família ajudam a manter sua identidade e laços. Prisões no Brasil: ambiente insalubre, alimentação ruim, higiene precária e violência contra mulheres, permite confirmar que a prisão é um local real de violência contra as mulheres (Dalenogare *et al.*, 2022a; Dalenogare *et al.*, 2022b).

Sistema carcerário reflete importância epidemiológica devido à vulnerabilidade socioeconômica e doenças infecciosas como: sífilis, hepatite B, tuberculose e pneumonia (Oliveira *et al.*, 2019). Rede de saúde mental não preparada para detentas com transtornos no sistema carcerário aumenta risco de suicídio e homicídios. Atenção Básica Prisional tenta coordenar atendimento com especialistas em Atenção Psicossocial (Schultz *et al.*, 2020).

Na análise dos estudos sobre saúde da mulher em prisões a pandemia do COVID-19 dificultou cuidados de saúde em prisões. OMS usa telemedicina para oferecer diagnóstico, prevenção e promoção da saúde. A equipe multiprofissional agiu bem durante a pandemia, usando telemedicina para identificar necessidades e ajudar PPL a consulta de enfermagem via telemedicina identificou necessidades dos usuários, sendo base para ações de saúde às PPL (Miranda; Brito; Freitas, 2019).

O enfermeiro tem um importante papel no cuidado às mulheres, atuando de forma coletiva e individual para promover a saúde, evitar doenças e proporcionar um cuidado humano e acolhedor durante a separação das famílias (Oliveira; Pacheco; Senna, 2021).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise dos estudos identificou os cuidados de enfermagem às mulheres privadas de liberdade, incluindo acolhimento, escuta ativa, promoção e proteção à saúde, apoio às gestantes e aleitamento materno, transtornos psiquiátricos e avaliação e assistência dentro do ambiente prisional. A assistência de enfermagem começa imediatamente após a entrada das mulheres nas penitenciárias, requerendo conhecimentos específicos, empatia, suporte humanizado e a criação de vínculos entre enfermeiro e paciente. No entanto, são necessários mais estudos sobre os cuidados prestados a essa população.

Sugere-se o desenvolvimento de mais estudos sobre o cuidado à mulher em situação privada de liberdade.

REFERÊNCIAS

BATISTA, M. I. H. M. *et al.* Alta prevalência de sífilis em unidade prisional feminina do Nordeste brasileiro. **Einstein**, v. 18, n. 1-6, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/eins/a/SzKTvcWG3ssXXrwq3bLxjTm/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 22 nov. 2023.

BENEDET, M. C.; MEDEIROS, A. B. Gênero, saúde e prisão: maternidades possíveis no contexto prisional. **Fractal, Rev. Psicol.**, v. 33, n. 3, p. 205-211, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/fractal/a/d7s8KrsJ9LnfZh3jBVMS9SN/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 22 nov. 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. **Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional**. Brasília, DF: 2014.

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. **Dados Estatísticos do Sistema Penitenciário: SISDEPEN**. 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/senappen/pt-br/pt-br/servicos/sisdepen>. Acesso em: 22 nov. 2023.

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. **Senad discute situação de mulheres encarceradas no contexto de drogas no Brasil**. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/noticias/senad-discute-situacao-de-mulheres-encarceradas-no-contexto-de-drogas-no-brasil>. Acesso em: 22 nov. 2023.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Habeas Corpus nº 143.641**. Brasília, DF: 2018. Disponível em: [https://www.tjdft.jus.br/consultas/jurisprudencia/jurisprudencia-em-temas/jurisprudencia-em-detalhes/habeas-corpus/prisao-preventiva-concessao-da-ordem/prisao-preventiva-substituicao-prisao-domiciliar-maes-gestantes-puerperas#:~:text=%221.,%2C%20\(...\)](https://www.tjdft.jus.br/consultas/jurisprudencia/jurisprudencia-em-temas/jurisprudencia-em-detalhes/habeas-corpus/prisao-preventiva-concessao-da-ordem/prisao-preventiva-substituicao-prisao-domiciliar-maes-gestantes-puerperas#:~:text=%221.,%2C%20(...)). Acesso em: 22 nov. 2023.

COSTA, M. C.; ARZE, W. N. C.; CAMPOS, A. C. C. A telemedicina como estratégia para o cuidado em saúde das pessoas privadas de liberdade: relato de experiência. **DST J. Bras. Doenças Sex. Transm.**, v. 33, p. 1-4, 2021. Disponível em: <https://ojs.focopublicacoes.com.br/foco/article/view/388>. Acesso em: 22 nov. 2023.

DALENOGARE, G. *et al.* Mulheres, prisões e liberdade: experiências de egressas do sistema prisional no Rio Grande do Sul, Brasil. **Cienc. Saúde Coletiva**, v. 27, n. 12, p. 4531-4540, 2022a. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/WzwSsqddfz5XBpBwVZ7f3Zm/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 22 nov. 2023.

DALENOGARE, G. *et al.* Parto e gravidez na prisão: pertencimento social e vulnerabilidades. **Cien. Saúde Colet.**, v. 27, n. 1, p. 263-272, 2022b. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/35043905/>. Acesso em: 22 nov. 2023.

FERREIRA, A. C. R. *et al.* Cuidados maternos em ambiente penal: representação por meio de desenho-estória. **Rev. Enfermagem UERJ**, v. 29, n. 1, p. e51211, 2021. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/enfermagemuerj/article/view/51211>. Acesso em: 22 nov. 2023.

FLORES, N. M. P.; SMEHA, L. N. Mães presas, filhos desamparados: maternidade e relações interpessoais na prisão. **Physis**, v. 28, n. 4, e280420, 2028. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/physis/a/jmvF4PYMfCnZsSNzDhmMkpn/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 22 nov. 2023.

FOCHI, M. C. S. *et al.* Mães maternando na prisão: relato de experiência do projeto assistencial de enfermagem. **Rev. Bras. Enferm.**, v. 73, n. 3, e20180932, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/reben/a/symYDGvHVbJkWM5DMcKyfmM/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 22 nov. 2023.

GALVÃO, M. H. R. *et al.* Risco para doenças cardiovasculares em mulheres detentas. **Rev. Bras. Promoc. Saúde**, v. 32, 8994, 2019. Disponível em: <https://ojs.unifor.br/RBPS/article/view/8994/pdf>. Acesso em: 22 nov. 2023.

GRAÇA, B. C. *et al.* Avaliação do conhecimento de reeducandas de Cadeia Pública de Mato Grosso sobre o câncer de mama e câncer de colo do útero. **Rev. Epidemiol. Controle Infecç.**, v. 8, n. 4, p. 457-464, 2018a. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/epidemiologia/article/view/11813>. Acesso em: 22 nov. 2023.

GRAÇA, B. C. *et al.* Dificuldades das mulheres privadas de liberdade no acesso aos serviços de saúde. **Rev. Bras. Promoc. Saúde**, v. 31, n. 2, p. 1-9, 2018b. Disponível em: <https://ojs.unifor.br/RBPS/article/view/7374/pdf>. Acesso em: 22 nov. 2023.

JAFFE, E. F.; PALMQUIST, A. E. L.; KNITTEL, A. K. Experiences of Menopause During Incarceration. **Menopause**, v. 28, n. 7, p. 829-832, 2022. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC8495613/pdf/nihms-1694823.pdf>. Acesso em: 22 nov. 2023.

MARIANO, G. J. S.; SILVA, I. A. Significando o amamentar na prisão. **Texto Contexto – Enferm.**, v. 27, n. 4, e0590017, 2028. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tce/a/4Lv7XCkjXNpWWtsJ5mfFTKh/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 22 nov. 2023.

MATOS, K. K. C.; SILVA, S. P. C.; NASCIMENTO, E. A. Filhos do cárcere: representações sociais de mulheres sobre parir na prisão. **Interface**, v. 23, e180028, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/icse/a/Y78fbZ9vwnvPc39jWcCzN7g/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 22 nov. 2023.

MEDEIROS, A. N. *et al.* Aleitamento materno no sistema penitenciário: sentimentos da lactente. **Rev. Cienc. Plur.**, v. 6, n. 1, p. 18-31, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/rcp/article/view/18255>. Acesso em: 22 nov. 2023.

MEDEIROS, M. M. *et al.* Panorama das condições de saúde de um presídio feminino do nordeste brasileiro. **Rev. Pesqui. (Univ. Fed. Estado Rio J., Online)**, v. 13, p. 1060-1067, 2021. Disponível em: <https://seer.unirio.br/cuidadofundamental/article/view/9962>. Acesso em: 22 nov. 2023.

MIRANDA, A. P.; BRITO, N. S.; FREITAS, M. R. M. S. A saúde da mulher na colônia penal feminina de Abreu e Lima. **Nursing**, v. 22, n. 259, p. 3375-3379, 2019. Disponível em: <https://www.revistanursing.com.br/index.php/revistanursing/article/view/435/410>. Acesso em: 22 nov. 2023.

MORAES, L. F. *et al.* Maternidade no cárcere: influência na saúde física e emocional. **Rev. Bras. Saude Mater. Infant.**, v. 23, e20210246, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbsmi/a/ftxD6FkbyjHgbTNLYGfftJt/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 22 nov. 2023.

OLIVEIRA, J. L. T.; PACHECO, Z. M. L.; SENNA, C. A. Vulnerabilidade de mulheres às infecções sexualmente transmissíveis e câncer de colo uterino em uma unidade prisional. **Rev. APS**, v. 23, n. 4, p. 853-872, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/aps/article/view/16424>. Acesso em: 22 nov. 2023.

OLIVEIRA, K. R. V. *et al.* Comportamentos de saúde nas experiências sexuais de mulheres em situação de cárcere. **Rev. Bras. Enferm.**, v. 72, n. 3, p. 95-102, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/reben/a/DcmfcqLJVY8XYr7qJJR3qHx/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 22 nov. 2023.

SALES, A. C. *et al.* Cuidado em saúde das mulheres grávidas privadas de liberdade: revisão integrativa. **Rev. Baiana Enferm.**, v. 35, e36114, 2021. Disponível em: http://www.revenf.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2178-86502021000100501. Acesso em: 22 nov. 2023.

SANTOS, D. S. S.; BISPO, T. C. F. Mãe e filho no cárcere: uma revisão sistemática. **Rev. Baiana Enferm.**, v. 32, e22130, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/enfermagem/article/view/22130/15965>. Acesso em: 22 nov. 2023.

SANTOS, G. C. *et al.* Covid-19 nas prisões: efeitos da pandemia sobre a saúde mental de mulheres privadas de liberdade. **Rev. Baiana Enferm.**, v. 34, e38235, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/enfermagem/article/view/38235/23232>. Acesso em: 22 nov. 2023.

SANTOS, M. V. *et al.* O valor vital do aleitamento materno para mulheres custodiadas. **Texto Contexto – Enferm.**, v. 31, e2010455, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tce/a/QC5TKzPGqFN83C7s6GpsMmr/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 22 nov. 2023.

SANTOS, R. M. A. *et al.* Diagnósticos de enfermagem de mães encarceradas. **Rev. Esc. Enferm.**, v. 52, e03338, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/reeusp/a/tByFn7jQGQN8p48JRdfkYzD/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 22 nov. 2023.

SCHULTZ, A. L. V. *et al.* Limites e desafios para o acesso das mulheres privadas de liberdade e egressas do sistema prisional nas Redes de Atenção à Saúde. **Physis**, v. 30, n. 3, e300325, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/physis/a/9ZG5kXknWnwXNJFkyTmBV9m/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 22 nov. 2023.



2° CONSAMU 14, 15 e 16 de Junho

REALIZAÇÃO:



APOIO:



SILVA, A. B. *et al.* O gestar em prisões por traficantes de drogas. **Rev. Urug. Enferm.**, v. 18, n. 2, p. 1-22, 2023b. Disponível em: <https://rue.fenf.edu.uy/index.php/rue/article/view/405/525>. Acesso em: 22 nov. 2023.

SILVA, C. M.; CRUZ, D. T.; LEITE, I. C. G. Expectativas pós-cárcere de mulheres privadas de liberdade: condição de saúde e trabalho. **Rev. Enferm. UERJ**, v. 31, e70891, 2023. Disponível em: <https://docs.bvsalud.org/biblioref/2023/06/1437006/70891-268514-1-pb-carcereport.pdf>. Acesso em: 22 nov. 2023.

SILVA, P. N. *et al.* Hipertensão em mulheres presas no Brasil: muito além do biológico. **Ciênc. Saúde Coletiva**, v. 28, n. 1, p. 37-48, 2023a. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/DwtcbSBFfZQkrc5KnNrBqPJ/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 22 nov. 2023.

SOUZA, M. T.; SILVA, M. D.; CARVALHO, R. Integrative review: what is it? how to do it? **Eistein**, v. 8, n. 1, p. 102-6, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/eins/a/ZQTBkVJZqcWrTT34cXLjtBx/?format=pdf>. Acesso em: 22 nov. 2023.